



Quarta-feira, 1 de janeiro de 2003

PESQUISA

O ESTADO DE S. PAULO

## CONTRA A MISÉRIA, RENDA E EMPREGO

Lula vai esbarrar nos mesmos obstáculos de FHC: concentração de renda e estagnação

### LU AIKO OTTA

- ▶ índice de notícias
- ▶ capa Estado

BRASÍLIA - Para alcançar a redução da miséria que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva elegeu como prioridade absoluta, o novo governo terá de superar dois dos maiores obstáculos da administração Fernando Henrique Cardoso: a estagnação da economia e a concentração de renda. Criar empregos e recuperar o poder de compra dos salários serão medidas essenciais para colocar em prática o projeto petista.

Os números do IBGE indicam que a renda do trabalhador aumentou em relação ao início da década, mas vem caindo desde 1996. Em valores atualizados, a remuneração média da população ocupada caiu de R\$ 662 mensais em 1996 para R\$ 595 em 2001. Em 1992, foi registrado o rendimento mais baixo da década, de R\$ 462 mensais.

A concentração de renda está refletida em números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2001: os 10% de trabalhadores com pior remuneração tinham rendimento médio mensal de somente R\$ 61, enquanto a média entre os 10% mais bem remunerados alcançava R\$ 2.745 mensais - ou seja, 45 vezes mais. Um grupo de apenas 1% de trabalhadores tinha renda média de R\$ 7.923.

A retração econômica dos últimos anos afetou o País como um todo, mas foi nas grandes cidades que teve as piores conseqüências. O professor Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, explica que nas áreas rurais e nas pequenas cidades esse efeito foi compensado com o aumento dos programas governamentais de distribuição de renda. "A população dos centros metropolitanos foi a que mais sofreu com a redução da renda nos últimos anos", confirma Roberto Iglesias, secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda do governo Fernando Henrique Cardoso.

"Sem anestesia" - Enquanto os empregos na região metropolitana de São Paulo foram reduzidos por causa da abertura econômica, os do Rio de Janeiro desapareceram com as privatizações, e os de Brasília, com a reforma administrativa. "Foi uma cirurgia sem anestesia", constata Neri. Segundo Iglesias, os setores que experimentaram alguma expansão nos últimos meses não são aqueles que empregam mão-de-obra intensivamente.

Com isso, segundo Neri, a renda média proveniente de salário de quem mora nessas áreas caiu perto de 4,5% ao longo dos últimos cinco anos, enquanto nas regiões rurais ela ficou praticamente estagnada. Por outro lado, o rendimento proveniente de outras fontes que não o salário (aposentadorias, seguro-desemprego, bolsa-escola e outros) cresceu perto de 2% nas cidades e cerca de 6,2% no campo.

Pelos cálculos de Neri, é possível reduzir a miséria em até 46% ao longo dos quatro anos do governo Lula, mas apenas se ocorrer uma extraordinária combinação de crescimento acelerado da economia e redução das desigualdades de renda no País. Segundo o professor, se a economia brasileira crescer a 5% ao ano durante o mandato de Lula, a pobreza será reduzida em 17%. Se a economia ficar estagnada, mas houver uma melhoria na distribuição da renda, a ponto de a média nacional se igualar às condições do Estado de São Paulo, a redução da pobreza será da ordem de 28%.

"Se as duas coisas acontecerem simultaneamente, a miséria cairá 46% no período", acrescenta o professor. É, porém, uma hipótese pouco provável. A estimativa dos analistas é que o Produto Interno Bruto (PIB) se expandirá cerca de 2,5% neste ano. Uma taxa anual de 5%, como a utilizada na estimativa de Neri, seria "um ritmo de milagre econômico", segundo ele mesmo define.

**Distribuição** - Mais do que pelo crescimento da economia, a redução da pobreza tem mais chance de ocorrer com uma mudança na distribuição da renda nacional, por meio de programas que o governo Lula pretende adotar. É o caso da criação do programa do primeiro emprego e das iniciativas para facilitar o acesso ao crédito para pessoas de baixa renda.

Marcelo Neri acredita, ainda, que deve haver uma reforma na legislação trabalhista, de modo a impulsionar a criação de empregos.

O programa Fome Zero também caminha na direção correta, avalia o professor, principalmente depois que foi abandonada a idéia de distribuir cupons para compra de comida. Em vez disso, a população atendida pelo programa receberá dinheiro. "O PT colocou o Fome Zero na linha de frente e é fantástica a forma como o tema tem sido apresentado", comenta Neri. Ele lembra, porém, que o governo Fernando Henrique adotou programas semelhantes, como o Projeto Alvorada, que tem por objetivo reduzir desigualdades regionais em 14 Estados onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é inferior à média do País.

**Dólar** - O erro do governo Fernando Henrique, avalia Neri, foi dar pouca atenção à população pobre das cidades. De imediato, se quiser mesmo melhorar a renda da população mais pobre, Lula deve ter como prioridade reduzir a taxa de câmbio. "Os pontos número um, dois e três são: criar condições para o câmbio apreciar", enfatiza o professor Edward Amadeo, que foi ministro do Trabalho e secretário de Política Econômica no governo Fernando Henrique.

"Lembra quando Lula declarou, na França, que só iria exportar alimentos quando não houvesse mais fome no País? Pois então. Com essa taxa de câmbio que está aí, ele vai exportar antes de alimentar o povo", afirma. Em outras palavras: o dólar elevado estimula os produtores a exportarem a produção em vez de vendê-la no mercado interno. Com isso, os preços dos alimentos não baixam.

A comparação entre o valor da cesta básica e o valor do salário mínimo mostra como o poder de compra do trabalhador de baixa renda diminuiu com o mais recente repique da inflação. No início do Real, em julho de 1994, um salário mínimo comprava apenas 0,64 cesta básica. A partir de maio de 1996, o valor do mínimo passou a ser suficiente para comprar uma cesta, exceto por alguns meses mais agudos da crise internacional. Em maio de 2002, por exemplo, o mínimo comprava 1,3 cesta, que custava R\$ 154,14. Em dezembro de 2002, um mínimo comprava 0,98 cesta básica, que estava em R\$ 204,50. "Foi um pulo como não se via em muitos anos", comenta Amadeo.

**Alimentos** - A inflação, segundo o professor, está sendo alimentada por diversos fatores: alta do câmbio, aumento do consumo e reposição das margens de lucro no varejo. Mas, acredita, o principal combustível é a procura por alimentos. Para recuperar o poder de compra do trabalhador, diz Amadeo, é necessário que ocorra deflação no preço da cesta básica. Há boas chances de isso ocorrer a partir de março, quando começa a ser colhida a nova safra agrícola. "Mas essa deflação será maior ou menor dependendo do câmbio, porque boa parte da safra é exportável." Ele acredita que o dólar na casa dos R\$ 3,50 levará o alimento aos portos, e não aos supermercados.

Por isso, Amadeo insiste na importância da queda do dólar para dar um alívio ao trabalhador. Para atingir esse objetivo, o novo governo terá de continuar e talvez aprofundar o trabalho de dar aos investidores sinais muito claros de que será firme no combate à inflação.

Seria bom também, na sua avaliação, que mostrasse a disposição em elevar o grau de poupança do governo, ou seja, concordar em perseguir um saldo positivo (superávit) mais elevado nas contas públicas. Se não quiser assumir tal compromisso,

ele poderia ao menos adotar uma regra pela qual toda arrecadação acima do previsto não seria gasta, mas engordaria o superávit.

Amadeo acredita ainda que os investidores ficariam mais tranquilos se houvesse um sinal claro de que a reforma da Previdência do setor público vai avançar.